

RECURSO ESPECIAL Nº 1.787.570 - PR (2018/0337265-1)

RELATOR : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
RECORRENTE : **MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**
ADVOGADOS : **FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES E**
OUTRO(S) - **PR020738**
LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA - **PR022076**
RECORRIDO : **BANCO ITAULEASING S.A.**
ADVOGADOS : **ADILSON DE CASTRO JUNIOR** - **PR018435**
ANA PAULA ESMERIO MAGALHAES - **PR022496**
ADVOGADOS : **DANIELLA LETICIA BROERING LEITUM E OUTRO(S)** -
PR030694
MARIANA KOWALSKI FURLAN CORRÊA - **PR037138**
CAMILLA SILVA LIMA - **PR054416**
ANDREA PAULA DA ROCHA ESCORSIN - **PR041945**

EMENTA

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ISS. ARRENDAMENTO MERCANTIL. *LEASING*. BASE DE CÁLCULO. VALOR INTEGRAL DA OPERAÇÃO. ARBITRAMENTO.

I – Na origem, trata-se de execução fiscal que objetiva a cobrança de ISS sobre operações de arrendamento mercantil (*leasing*). Os pronunciamentos das instâncias inferiores foram no sentido da constitucionalidade e da legalidade do lançamento efetuado pelo fisco. Entretanto, quanto à base de cálculo, o Tribunal *a quo* entendeu que corresponderia ao valor dos *spreads* decorrentes dos contratos de *leasing*, ou seja, o valor obtido pela diferença entre o capital despendido para aquisição do bem arrendado pela instituição financeira e a contraprestação paga pelo arrendatário, excluindo também da tributação a quantia referente ao Valor Residual Garantido (VRG), que diz respeito ao montante pago pelo arrendatário caso escolha adquirir o bem ao final do contrato.

II – A base de cálculo do ISS, incidente nas operações de arrendamento mercantil, é o valor integral da operação contratada, que corresponde ao preço cobrado pelo serviço. Isso porque o núcleo do arrendamento mercantil é a própria operação de *leasing* e não a diferença entre o capital investido e a remuneração paga ao arrendador (*spread*). Ademais, é válido o arbitramento realizado pelo fisco a partir dos valores constantes das notas fiscais de compra dos bens arrendados. Precedentes: AgRg no AREsp n. 405.370/RS, Relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 24/11/2015; AgRg no AREsp n. 686.229/RS, Relator Ministro Mauro Campbell Marques,

Segunda Turma, DJe 30/6/2015; REsp n. 1.491.611/PR, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 15/6/2015; REsp n. 1.771.134/PR, Relatora Ministra Regina Helena Costa, DJe 8/11/2018 e REsp n. 1.745.413/PR, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Dje 18/6/2018.

III – Recurso especial provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator